

A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Jesus Manoel Delgado-Mendez ¹

Douglas de Souza Pimentel ²

Daniela Custódio Talora ³

Teresa Cristina Magro Lindenkamp ⁴

RESUMO

Enquanto a educação ambiental é definida como um processo, a interpretação ambiental (IA) é apresentada aqui como instrumento de gestão da visitação em unidades de conservação (UC), apoiando sempre as ações de conscientização presentes nas atividades educativas. O objetivo do presente artigo é destacar as características mais proeminentes da IA como uma eficaz ferramenta de gerenciamento do uso público de uma área protegida. Considera-se que o manejo das UC deve envolver as atividades de interpretação e educação ambiental, como instrumento político capaz de angariar os esforços da sociedade para a proteção desses ecossistemas. São dois dos melhores instrumentos de gestão previstos para todas as categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sabe-se, entretanto, que a educação é um processo, que demanda tempo e continuidade de ações para ser atingida. As visitas em UC geralmente são curtas e esporádicas, e não raramente, resumidas a um único período do dia do visitante. Assim, a IA, como ferramenta educativa e de gestão representa uma alternativa para sensibilizar os visitantes, na tentativa de aproximá-lo deste meio e finalmente torná-lo mais sensível às questões ambientais relevantes para a conservação da natureza. As UC brasileiras pertencem a um sistema único. A implantação de uma ferramenta como a IA pode contribuir num processo de sensibilização contínua dos visitantes, provocando pequenas mudanças de atitude a cada visita. Para tanto, é necessário um plano de gestão que integre as atividades de todas as UC. Além disso, propõe-se que se pense nas atividades Educativas e Interpretativas como um componente da gestão de áreas protegidas, integrado ao SNUC para que se viabilize uma ação complementar das ações nas diferentes UC do sistema.

Palavras chave: Áreas protegidas; uso público; manejo

ABSTRACT

While environmental education is defined as a process, environmental interpretation (IA) is presented here as a management tool for visitation in conservation units (UC), always supporting the awareness actions present in educational activities. The objective of this article is to highlight the most prominent features of IA as an effective tool for managing the public use of a protected area. It is considered that the management of the PA should involve the activities of interpretation

¹ Laboratório de Intervenção Socioambiental do CCAAB/UFRB. **E-mail:** jesusd@uol.com.br

² Prof. do Departamento de Ciências Biológicas da FFP/UERJ, e do Departamento de Geografia da UFF. **E-mail:** douglasgeia@gmail.com

³ Profª. do Depto. de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, BA. **E-mail:** dani.talora@gmail.com

⁴ Laboratório de Áreas Naturais Protegidas (LANP), Depto. de Ciências Florestais, ESALQ/USP. Profª do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP. **E-mail:** teresa.magro@usp.br

and environmental education, as a political instrument capable of raising society's efforts to protect these ecosystems. They are two of the best management instruments for all categories of the National System of Conservation Units. It is known, however, that education is a process, which demands time and continuity of actions to be achieved. UC visits are usually short and sporadic, and not infrequently, summarized to a single period of the visitor's day. Thus, IA as an educational and management tool represents an alternative to sensitize visitors in an attempt to bring it closer to this environment and finally make it more focused to environmental issues relevant to nature conservation. The Brazilian UCs belong to a single system. The implementation of a tool such as IA can contribute to a process of continuous awareness of visitors, provoking small changes of attitude at each visit. Therefore, a management plan that integrates the activities of all PAs is necessary. In addition, it is proposed that educational and interpretive activities be considered as a component of protected area management, integrated with the SNUC so as to enable complementary actions in the different UCs of the system.

Key-words: Protected areas; public use; management

INTRODUÇÃO

Não há um consenso do modelo que deve prevalecer na administração de um sistema de unidades de conservação, que parece se debater entre a visão biocêntrica e socioambientalista. No entanto, o contexto que se constrói no decorrer deste artigo tenta defender uma ferramenta de manejo, a qual se confunde com as atividades integrantes de alguns programas educacionais que têm os limites dessas áreas legalmente protegidas como cenário.

Enquanto a educação ambiental é definida como um processo que requer tempo para sua execução, quando bem estruturado e organizado para promover a conciliação entre os objetivos de conservação das UC e o comportamento dos usuários e afetados, positiva ou negativamente, pela sua existência, a interpretação ambiental é apresentada aqui como instrumento de gestão, com efeitos contundentes (em curto prazo), especialmente nos visitantes e turistas, apoiando sempre as ações de conscientização presentes nas atividades educativas. Entre os visitantes de uma área protegida, a ferramenta da interpretação ambiental procura o apoio imediato de quem se encontra de passagem pela UC, ao mesmo tempo que divulga, informa e comunica, traduzindo a linguagem da natureza ao leigo, esperando que durante sua visita colabore com o manejo da área, e fora dela, se constitua um defensor das políticas que promovem a conservação dos ambientes naturais e seus componentes. Para os programas de educação ambiental, as atividades interpretativas são um importante e útil complemento que potencializa o processo educativo daqueles grupos mais intimamente relacionados com as UC, comunidades do entorno e possíveis residentes.

Sem esgotar o tema e sem entrar nos detalhes das diversas técnicas e métodos recomendados, amplamente usados no mundo todo para valorizar os esforços da política conservacionista mais eficiente do último século, o que segue nas próximas sessões estará motivado a destacar as características mais proeminentes de uma eficaz ferramenta de

gerenciamento do uso público de qualquer área protegida, e isso inclui todas aquelas que tenham como intuito central a colaboração na proteção e manutenção da natureza.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SOCIEDADE

As bases do modelo de conservação adotado no Brasil trazem intrinsecamente a percepção de sociedades urbanizadas, em que a natureza representa o referencial do primitivo em contraponto ao ambiente humano, do espaço transformado (PIMENTEL, MAGRO, 2011). As Unidades de Conservação (UC) são estabelecidas, portanto, com o objetivo básico de resguardar essas áreas das ações humanas, preservando o seu potencial ambiental e cênico (PIMENTEL, MAGRO, SILVA FILHO, 2011). Isso é válido principalmente para aquelas UC enquadradas na categoria de manejo de proteção integral, como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Para o grupo de unidades de conservação de uso sustentável, o uso direto dos recursos naturais é previsto e os preceitos que as baseiam absorveram a visão da não separação das ações humanas do meio natural. Nesse sentido, pode-se afirmar que a premissa básica que rege a conservação ambiental baseada nessas áreas protegidas refere-se ao tipo de uso dos recursos ambientais, que deve ser em todos os casos, sustentável.

Considerando ainda o contexto histórico e filosófico da criação dos primeiros parques, convém destacar que a reserva de áreas para a conservação foi racionalizada a partir de sua visitação. Assim, é importante destacar que a conservação ambiental não é o único objetivo da criação dessas áreas protegidas, sendo o uso público (uma modalidade de uso indireto) previsto e legítimo para todas as categorias de manejo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Mesmo as categorias mais restritivas, como Estação Ecológica e Reserva Biológica permitem o uso público quando voltado para atividades de educação ambiental e a pesquisa. No entanto, este ser humano, apartado da natureza pela crescente urbanização, se encontra desvinculado e distanciado dos ambientes naturais o que dificulta a sua compreensão da natureza. Desta forma, conforme aponta Vasconcellos (2003), as pessoas não se sentem parte integrante da natureza, não percebendo e/ou não avaliando os efeitos de suas atitudes sobre o ambiente. Logo, o tema exige uma abordagem interdisciplinar devido a complexidade das relações entre as pessoas e o espaço institucionalizado das UC, que se tornam mais espaços conceituais do que físicos e abarcam uma série de valores para a sociedade (PIMENTEL; MAGRO 2012b). Assim, para estes autores, o componente sociológico tem uma importância fundamental para a compreensão dos fenômenos relacionados à conservação de ecossistemas. Esses, portanto, são mais do que regiões que guardam aspectos ecológicos importantes e se delineiam conceitual, administrativa e politicamente. Nesse sentido, considera-se que o manejo das UC deve envolver as atividades de interpretação e educação ambiental, como instrumento político capaz de angariar os esforços da sociedade para a proteção desses ecossistemas (PIMENTEL; MAGRO, 2012b).

As vantagens de conservar a natureza, bem como os benefícios da recreação ao ar livre são conhecidos por muitos. Da mesma forma não são menos numerosos os que defendem a preservação de áreas para que nossos descendentes possam usufruir os recursos naturais. No entanto, o papel intrínseco que cumprem as UC, dentro de uma região ou país não parece ser tão

difundido. Sua contribuição no equilíbrio climático; seu valor como banco genético; os valores indiretos na conservação de solos e da qualidade das águas; a identidade sociocultural ligada à paisagem e seus recursos; a sua importância geopolítica nas zonas de fronteira, entre alguns outros valores não mensuráveis de forma direta, são alguns dos papéis que as UC cumprem e que devem ser conhecidas. Dessa maneira, há um precário entendimento de que a utilização indireta destas áreas protegidas, através de atividades voluntárias como o turismo e as demais formas de uso público podem transcender os níveis do lazer e da recreação, estimulando a participação política dos cidadãos na defesa dos recursos naturais.

O TURISMO COMO COMPONENTE DO USO PÚBLICO

Segundo Magro (1999), o termo Uso Público, adotado pelos órgãos oficiais ligados ao manejo de áreas naturais protegidas no Brasil, está calcado nos benefícios adquiridos pelo público visitante de áreas protegidas. Desta forma, entende-se que o uso público compreende deferentes formas de visitação, como a recreação, a pesquisa científica, a educação ambiental e o turismo. Soma-se a este uso aqueles com motivação religiosa, com os valores associados que envolvem aspectos culturais e espirituais.

No entanto, Magro (2003) ressalta que a importância econômica das UC, relacionada ao uso público deve ser considerada, sem que, no entanto o valor da área seja reduzido meramente a esse aspecto, o que poderia trazer prejuízos à sua conservação pela diminuição do espaço conceitual dos demais valores associados ao meio ambiente. A autora discute ainda que, seria necessário desenvolver modelos que valorizem o ambiente e a experiência humana, uma vez que a avidez em tornar as UC rentáveis, pode fomentar o inverso do desejável, isto é, a perda de valores associados ao meio ambiente.

Ainda, no prefácio das diretrizes para o planejamento e manejo do turismo sustentável em áreas protegidas da UICN, afirma-se que há uma antiga relação complexa e contraditória de sustentação recíproca entre as áreas protegidas e o turismo, mas que esse último é sempre um componente a ser considerado na implantação e manejo de áreas protegidas (UICN, 2002).

A situação é ainda mais preocupante, uma vez que a maioria das UC de proteção integral não têm os programas de uso público elaborados ou executados, o que criaria um atraso na exploração de novos objetivos e oportunidades. Sem os estudos necessários, que deveriam ser produzidos durante o planejamento da UC, não se pode afirmar com segurança que as atividades de visitação vão ser desenvolvidas nos locais com maior potencial para atividades interpretativas, recreacionais e de educação ambiental.

O turismo em áreas naturais vem ganhando destaque porque estas áreas e suas características faunísticas, florísticas, cênicas e culturais, são grandes atrativos (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). Isto tem aumentado as expectativas que se tem sobre as funções que devem ser desempenhadas pelas UC, bem como a pressão exercida sobre as mesmas. Blangy e Wood (1995) também destacam que o aumento deste tipo de viagem, a partir da década de 80, vem ameaçando as áreas naturais. Os riscos de um número elevado de visitantes tornou-se uma

fonte de grande preocupação, e o desafio está em se aliar o turismo à preservação da natureza (WESTERN, 1995), com o que se denominou a partir da década de 1980 como ecoturismo.

O termo ecoturismo, entretanto, vem sendo usado de maneira indiscriminada, para designar qualquer atividade turística realizada em áreas naturais, tendo se tornado uma verdadeira panaceia em algumas localidades. É preciso, portanto, fazer uma distinção clara do significado deste termo. O ecoturismo pode ser definido como (BRASIL, 1994):

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

O ecoturismo, entendido na perspectiva da sustentabilidade, ofereceria uma opção de desenvolvimento a países, regiões e comunidades locais, proporcionando incentivo para conservar e administrar as áreas naturais e a biodiversidade (FIGGIS, 2001), podendo ser uma alternativa contra a dilapidação de recursos florestais e minerais, além de poder gerar as divisas necessárias para administrar adequadamente as áreas protegidas. Portanto este tipo de turismo tem o potencial de oferecer um meio prático para a preservação ecossistêmica nas UC. O interesse dos conservacionistas em relação ao ecoturismo seria demonstrar que a atividade se trata de um instrumento legítimo para a conservação biológica e a promoção do desenvolvimento sustentável, o que precisa ser confirmado através de estudos de caso (BOO, 1995).

Como se espera que aquilo que tem valor intrínseco deve ser protegido se faz necessário criar mecanismos que permitam que a atividade turística seja introduzida em áreas naturais, minimizando os impactos, ajustando equitativamente os benefícios da atividade e, mais do que nunca, permitindo a reconstrução dos nexos Sociedade-Natureza. É aí que a Interpretação Ambiental tem seu melhor desempenho, pois democratiza as informações fazendo-as chegar a todos de uma forma criativa e ainda procura proteger o recurso que motivou a visita.

Por sua natureza, o turismo em áreas protegidas poderia transcender o aspecto recreacional porque também deveria estar comprometido com a educação e não apenas com o entretenimento. Essa é mais uma razão da sua compatibilidade com os programas interpretativos, os quais procuram em parte a reformulação humana através da reflexão, do estímulo à curiosidade e do compromisso com o recurso que se interpreta.

De acordo com o Portal Brasil (2019) houve um aumento na visitação das unidades de conservação federais na ordem de 320% nos últimos dez anos. O público visitante era de 1,9 milhão em 2006 e em 2015 chegou a 8 milhões. O site não deixa claro se esse número se refere ao público pagante ou o número total de visitantes, mas envolve as pessoas que visitaram parques e florestas nacionais, áreas de proteção ambiental além de outras categorias de UC.

Boo (1993), em seu artigo discute as pressões que os gestores de UC sofrem pelo crescente desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, ressaltando que além da falta de recursos, a falta de treinamento dos funcionários destas áreas para receber este fluxo de visitantes é preocupante. Um trabalho realizado por Blangy e Wood (1993) aponta ainda a preocupação

com a integração das UC às comunidades do entorno e às diretrizes que o ecoturismo deve seguir nas áreas silvestres. Da mesma forma Ceballos-Lascurian (1996), Brito (2000), Magro (2003) e outros especialistas em áreas protegidas vêm mencionando o crescimento relevante do ecoturismo e atividades relacionadas com a natureza, mostrando a grande preocupação com os aspectos negativos relacionados ao turismo efetuado sem uma gestão adequada.

Apontando para um problema maior da gestão de UC no país, Delgado-Mendez (2008) identificou um excesso de conservadorismo no manejo das áreas protegidas brasileiras, cujos gestores, muitas vezes, preferem manter baixo o nível de infraestrutura de recepção de visitantes e sua curta estadia nas áreas legalmente conservadas (especialmente os Parques Nacionais e Estaduais) sob a premissa que seria mais importante garantir a integridade dos ambientes naturais do que depender energias em atendimento ao público. Isso cria simultaneamente um círculo vicioso que conduz a menor orçamento, menor quadro de pessoal e menor necessidade de infraestrutura de apoio. Tudo isso sem contar que desde a criação do primeiro parque nacional, em Itatiaia, os governos não têm conseguido implantar uma política eficiente de obtenção das terras e sua titulação pública legal. Parte das terras onde foram decretados UC ainda está ocupada por particulares e comunidades, impedindo assim o desenvolvimento físico dessas áreas protegidas e, por conseguinte, prejudicando o turismo nessas regiões.

Brito (2000) publicou um extenso estudo sobre esse cenário, mostrando alguns dos paradigmas de manejo que motivam esta proposta. Em seu estudo a autora traz o manifesto que traduz a opinião dos Chefes ou Administradores de parques, que avaliam que o atual sistema de UC, não tem o mínimo de condições de gerenciar os recursos naturais das UC, tendo como base os planos de manejo e os anseios da sociedade (Carta de Curitiba – 1/9/94). Dourojeanni (2003) opina que para os governos é muito mais fácil declarar áreas do que dispor de recursos para manejá-las. Essa situação tem levado ao qualificativo de parques de papel, termo bastante utilizado pelos estudiosos dessa área da conservação ambiental. A situação tem se tornado ainda pior porque, atualmente, as UC brasileiras vêm sendo pressionadas a demonstrar sua viabilidade econômica.

Aqueles que defendem o turismo em áreas protegidas acreditam que essas podem justificar sua existência através dessa atividade econômica. Neste sentido, alguns parques nacionais brasileiros, no que diz respeito à visitação, têm-se modernizado em áreas piloto, como os Parques Nacionais de Iguazu, Tijuca, e o Parque Nacional Marinho de Abrolhos e de Fernando de Noronha. O objetivo é torná-los mais eficientes e confortáveis, mesmo que ainda estejam longe de evitar os impactos ambientais, e muito mais longe ainda de cumprir o seu papel transformador de valores humanos. Nesses casos e nesse tipo de orientação gestora, a aventura e o sensacional tornam opaco, o contemplativo e o reflexivo.

É necessário ressaltar que este não é apenas um problema brasileiro. Machlis e Tichnel (1985) já tinham estudado a situação em nível global e deram, naquela época, uma primeira referência do que acontecia em nível internacional.

No Congresso Mundial de Parques e Áreas Protegidas, em Caracas, Amend e Amend (1992) apresentaram uma lista completa de problemas latino-americanos dos parques nacionais, elencando a falta de apoio institucional, como o primeiro da lista. Se por um lado há um grupo significativo de gestores de parques nacionais e demais áreas de uso indireto que se preocupam com os impactos provocados pelos visitantes sobre os recursos naturais, há especialistas que estudam os impactos do ponto de vista do visitante. Os estudos recentes nesta área têm procurado relacionar o uso público e qualidade das experiências de usuários de áreas protegidas. Estes trabalhos demonstram que os valores humanos são afetados pelo estado silvestre (*wilderness*) das áreas protegidas e vice-versa. Um dos autores que sustenta esta visão de forma completa (WATSON, 1995; 2000; WATSON; KNEESHAW; GLASPELL, 2003), analisa as virtudes dessas áreas naturais e como a experiência recreativa dos visitantes pode ser afetada por inúmeros fatores de manejo, assim como a percepção e valores dos usuários afetam a qualidade natural dessas áreas. Esses antecedentes levam a conclusão que a natureza não pode ser apenas um “mero coadjuvante”, mas o elemento central que dá sentido e direção aos objetivos de conservação de grandes espaços naturais em prol da sociedade como um todo. Todas as pesquisas realizadas e as que venham a se fazer nesta área da conservação devem conduzir ao que Machlis (2001) denomina de “conhecimento útil”, conceito que permite que a informação científica produzida dentro das ciências ambientais e sociais possa ter implicações benéficas e significativas para a sociedade.

Ainda é importante ressaltar que a existência de UC não pode ser baseada apenas no usufruto de uma determinada classe de privilegiados. Os moldes em que o ecoturismo vem se desenvolvendo no Brasil podem torná-lo uma fonte de exclusão da comunidade local e dos visitantes menos favorecidos economicamente, fato comum em países tropicais. Davenport e colaboradores (2002) afirmam que as informações nessas áreas são dadas, principalmente, pelos guias e agências turísticas, delegando aos turistas de baixo orçamento um vácuo informativo.

Mesmo isso acontecendo, quando os visitantes saírem das áreas em questão devem desejar interferir positivamente na opinião pública, especialmente no que Magro (2003) aponta como “reconhecimento e suporte público”. As UC, assim como o turismo, devem ser lembrados como oportunidades para transformar seres humanos em seres melhores, com valores éticos, filosóficos e espirituais capazes de interferir na realidade nacional, nas atividades econômicas e, portanto, no desenvolvimento da sociedade.

Dentro deste contexto, deve-se lembrar que a presença de visitantes nas áreas protegidas é uma oportunidade singular de aproximá-los do ambiente natural e fazê-los refletir sobre suas atitudes, e tal oportunidade não deve ser desperdiçada. Uma maneira de abordar o visitante em uma UC seria a utilização das técnicas de Interpretação Ambiental, atividade educativa, não necessariamente inserida num processo, mas que pode ser usada como estratégia de manejo sensibilizadora e modificadora do turista.

AS UC COMO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A Educação Ambiental caracteriza-se por um processo que atua essencialmente na mudança de atitudes e comportamentos. No entanto, para que seus objetivos sejam atingidos há a necessidade da formação de uma nova percepção sobre os problemas ambientais, que envolve a aquisição de conhecimentos e competências para o entendimento da problemática numa perspectiva interdisciplinar, global e crítica do ambiente (DIAS, 2003). Esse movimento envolve a construção de um compromisso para a atuação cidadã dos indivíduos, pois se relaciona com a formação de uma postura crítica frente aos problemas observados (PIMENTEL, MAGRO, 2012b).

Como lembra Vasconcellos (2002) a Educação Ambiental (EA) faz parte dos objetivos de todas as Unidades de Conservação previstas no SNUC. A autora completa que a preservação da natureza traz uma função social intrínseca relacionada à transformação cultural das relações socioambientais

Fica claro que nas UC, a EA assume uma importância fundamental, uma vez que a presença da área protegida muitas vezes é entendida pelas comunidades relacionadas, como uma imposição que modifica e restringe o seu acesso aos recursos ambientais. Essa perda de liberdades, de forma nenhuma é a garantia da conservação ambiental. Dessa maneira, deve-se envolver a comunidade, consciente e cidadã na gestão desses espaços (HOEFFEL, 2004).

Para Davenport e colaboradores (2002) a principal preocupação dos gestores de áreas protegidas, além da proteção, deveria ser promover atividades educativas e recreação entre os habitantes do próprio país, incluindo a população rural, as crianças em idade escolar e também as classes economicamente favorecidas, garantindo que estes tenham acesso a mais e melhores informações sobre as áreas protegidas. Esse tipo de atividade deveria ser considerado como um investimento de longo prazo em conservação e educação. Este pode ser o principal benefício local e nacional da conservação de uma área protegida e o papel primário que a visitação representa na proteção da biodiversidade dos parques.

Esses mesmos autores destacam que uma das funções sociais mais importantes dos parques relaciona-se a educação do público sobre a sua história natural, bem como a compreensão dos serviços ambientais prestados. No entanto aqui cabe o questionamento sobre como incluir o considerável número de visitantes eventuais em UC.

Delgado-Mendez (2000) indica que a Interpretação Ambiental estimula a aquisição de conhecimentos que sinergicamente fomenta a busca por mais informações sobre a natureza. Este termo foi usado pela primeira vez por Tilden, e como não há publicação a respeito da Interpretação Ambiental que não cite este autor, transcreve-se sua própria definição de Interpretação:

Uma atividade educacional que aspira revelar os significados e relações por meio do uso de objetos originais, através de experiências de primeira mão e por meios ilustrativos, no lugar de simplesmente comunicar informação literalmente (TILDEN, 1957. p.8).

Logo a Interpretação Ambiental é comumente definida como a tradução das informações que a natureza possui numa linguagem que toda pessoa poderá entender. O que se deseja é que tais informações, que podem parecer óbvias para o estudioso, sofram algum tratamento para ficarem acessíveis ao público em geral (DELGADO-MENDEZ, 2000). Desta forma, interpretar a natureza não significa encher o visitante de descrições ou apenas relatar os fatos. Trata-se de uma técnica educativa e de comunicação que se nutre da informação, procurando dar conhecimentos significativos que permitam a reflexão e a tomada de decisões em favor do local que visitam, fazendo parte de uma estratégia de manejo das UC para minimizar os problemas decorrentes do uso público.

Mesmo permitindo ao visitante agregar valor, a intenção da Interpretação Ambiental não é a de entreter o visitante, mas de solicitar deste um comportamento adequado, enquanto o sensibiliza como ser humano (DELGADO-MENDEZ, 2000). A Interpretação Ambiental utiliza a informação armazenada e disponível na natureza dos recursos preservados, para criar nos indivíduos uma autorreflexão e assim provocar uma série de efeitos tais como: conhecimento; autoconhecimento; identificação; sensibilidade; adaptação; autoconfiança e alguns outros benefícios pessoais que ajudam no crescimento autônomo. Neste contexto, os programas de Interpretação Ambiental, seriam um dos mais importantes e ainda de menores custos que podem ser realizados na promoção do ecoturismo.

Apesar de ser um instrumento educativo diferencia-se da Educação Ambiental porque não pode enquadrar-se como um processo e sim como a realização de atividades com um público mutante ou diversificado, que geralmente não despense muito tempo na área e precisa ser sensibilizado com eficiência e rapidez. O objetivo prático não é formar o indivíduo, mas diminuir ou resolver problemas internos de manejo. A sensibilização do público não apenas a favor da UC, mas de todo o sistema de unidades de conservação, é uma consequência importante, mas não o objetivo central mais próximo destas atividades. Vasconcellos (2002) afirma que as UC seriam laboratórios para o desenvolvimento dos processos educativos, destacando que, neste contexto, a interpretação ambiental surge como um instrumento valioso, aliando técnicas próprias de abordagem, muita inspiração e o uso dos sentidos (experimentos de primeira mão). Seu uso facilita e enriquece o resultado de palestras, trilhas, folhetos e outros meios educativos utilizados em UC, tornando-os mais estimulantes e envolventes.

Portanto, a Interpretação Ambiental pode ser considerada como um serviço para os visitantes das áreas naturais protegidas que também podem desejar aprender acerca dos seus recursos naturais e culturais. A interpretação é o elo de comunicação entre o visitante e estes recursos (SHARPE, 1982) e, portanto, tem uma ligação intrínseca com o manejo de UC, tanto no que concerne ao desenvolvimento de uma visita qualificada com informação e sensibilização, quanto nas consequências práticas para a diminuição dos seus impactos negativos.

CONCLUSÕES

A Educação Ambiental e as técnicas interpretativas são dois dos melhores instrumentos de gestão previstos para todas as categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Sabe-se, entretanto, que a educação é um processo, que demanda tempo e continuidade de ações para ser atingida. As visitas em UC geralmente são curtas e esporádicas, e não raramente, resumidas a um único período do dia do visitante. Assim, a Interpretação Ambiental, como ferramenta educativa e de gestão representa uma alternativa para sensibilizar os visitantes, neste curto espaço de tempo em que se encontra em contato com o ambiente natural, na tentativa de aproximá-lo deste meio e finalmente torná-lo mais sensível às questões ambientais relevantes para a conservação da natureza tanto no ambiente natural como no urbano.

Através destas informações especialmente preparadas para o cidadão comum, espera-se que suas atitudes mudem para melhor, reduzindo o impacto da sua presença na área, estimulando mais respeito e uma melhor aproximação com outros usuários e até que possa divulgar tais atitudes entre outros cidadãos, dentro e fora dos limites da UC. Como poderia ter sido antes, um usuário mais informado significa menos desgaste administrativo, menos impactos ambientais e mais economia em manutenção.

Da mesma forma, a implantação de atividades interpretativas cria umnexo entre gestores e usuários, especialmente quando as técnicas e métodos personalizados podem ser comumente aplicados. Tal nexopode chegar a potencializar a qualidade e o valor do tempo utilizado pelo visitante, assim como pode construir o apoio público necessário para que não se enfraqueça a administração do sistema das UC do país.

A carência de recursos humanos, tanto quanto a falta de planos de manejo nas UC são fatores que dificultam a capacidade de gestão para atingir os objetivos conservacionistas de turismo e lazer. Mesmo quando os planos de manejo existem, não são adequados á realidade específica da UC, o que pode limitar o escopo da ação educativa e interpretativa.

As UC brasileiras pertencem a um sistema único. A implantação de uma ferramenta como a Interpretação Ambiental pode contribuir num processo de sensibilização contínua dos visitantes, provocando pequenas mudanças de atitude a cada visita. Para tanto, é necessário um plano de gestão que integre as atividades de todas as UC, nacionais e estaduais. Além disso, propõe-se que se pense nas atividades Educativas e Interpretativas como um componente da gestão de áreas protegidas, integrado ao SNUC para que se viabilize uma ação complementar das ações nas diferentes UC do sistema.

A Interpretação pode se configurar como um importante instrumento de formação cidadã, estimulando os visitantes a assumirem uma postura política mais ativa na defesa dos espaços naturais. A formação crítica, que estimula posturas pró ativas, é essencial dentro desse modelo de conservação, uma vez que as práticas baseiam-se na mudança de atividades de uso dos recursos naturais e não há recursos financeiros para se manter o controle dessas atividades no espaço protegido. Dessa maneira necessita-se do apoio público para que efetivamente a conservação se processe.

BIBLIOGRAFIA

- AMEND S. & AMEND T. Habitantes em los Parques Nacionales: una contradicción insoluble? In: AMEND, Stephan e AMEND, Thora (coord.) Espacios sin Habitantes? Parques Nacionales de América del Sur. Caracas: Editorial Nueva Sociedad / UICN, 1992.
- BLANGY, S. & WOOD, M.E. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In: LINDBERG, KREG & HAWKINS, Donald E. (edit.) **Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão**. 1 ed., Editora SENAC, São Paulo, 1995, p. 60-93.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, KREG & HAWKINS, Donald E. (edit.) **Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão**. 1 ed., Editora SENAC, São Paulo, 1995, p.33-57.
- BRITO, M.C.W.de. **Unidades de Conservação: Intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP. 2000. 230p.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O Ecoturismo como um Fenômeno Mundial. In: LINDBERG, KREG & HAWKINS, Donald E. (edit.) **Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão**. 1 ed., Editora SENAC, São Paulo, 1995, p.23-29.
- DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W.Y.; WRIGHT, P.C.; RUF, K.; DEL VALLE, F.R.. Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 21, p. 305-333.
- DELGADO-MENDEZ, J.M. Proteção de Áreas Naturais e Desenvolvimento Social: percepções de um conflito na gestão de Unidades de Conservação de Proteção Integral. USP/ESALQ, Tese de Doutorado, 2008. 204p.
- DELGADO-MENDEZ, J.M. **A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo**. In: CERRANO, S. A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo, Ed. Chronos, 2000, 190p.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. 550p. 2003.
- DOUROJEANNI, M.J.; Bager, A. (Ed.). Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: **Áreas protegidas: Conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas., 2003. p.1-20.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo/** Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Desnise Hamú M. de La Penha. Brasília, EMBRATUR. 1994. 68 p.
- FIGGIS, P. Prefácio. In: WEARING, S. & NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Editora Manole Ltda., Barueri – SP, 2001, p. VII - IX.
- HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B.; LIMA, F.B.; MACHADO, M.K. Moinhod'Água: Rural communities and environment – environmental education activities in an environmentally

protected area. In: **International Perspectives in Environmental Education**. Environmental Education, Communication and Sustainability. Walter Leal Filho & Michael Littledyke (Eds.): Peter Lang. Hamburg. v.16. 2004.p. 247-258.

MACHLIS, G.E. The creation of usable knowledge for the detection of environmental change. In *Annals: Detecting Environmental Change: Science and Society*. Paper No. 36, London. 2001.

MACHLIS, G.E.; TICHNELL, D. 1985. **The State of the World's Parks: An International Assessment for Resource Management, Policy, and Research**. Boulder, Colo. Westview Press.

MAGRO, T.C. Impactos do uso público em uma trilha do parque Nacional do Itatiaia. (**Tese de Doutorado**) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 1999, 135p.

MAGRO, T.C.; BAGER, A. (Ed.). Percepções do uso público em UCs de proteção integral. In: **Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas, 2003. p.87-98.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. **GEOgraphia**, Vol. 13, No 26. 2011.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. SILVA FILHO, D.F. Imagens da conservação: Em busca do apoio público para a gestão de unidades de conservação. **Teoria e Sociedade**. nº 19.2 - julho-dezembro de 2011.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. Indicadores para a gestão da inserção social dos parques. **OLAM – Ciência & Tecnologia** Ano XII, n. 1-2. 2012a, p. 254.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, Número Especial: 44-50, 2012b.

PORTAL BRASIL. Número de visitantes em Unidades de Conservação cresce 320% em 10 anos
<http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/02/numero-de-visitantes-em-unidades-de-conservacao-cresce-320-em-10-anos>. Arquivo capturado em 24/06/2019.

SHARPE, GRANT W. An Overview of Interpretation. Chapter 1 In: Sharpe, G.W. (ed.), **Interpreting the Environment**. New York, New York, USA: John Wiley & Sons. 1982.

TILDEN, F.. *Interpreting Our Heritage*. Chapel Hill, North Carolina, USA: University of North Carolina Press. 1957.

VASCONCELLOS, J.M.de O. **Interpretação ambiental**. In: MITRAUD, S. (org.). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. WWF Brasil, Brasília, 2003. 470p. ok

UICN. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management**. IUCN-WCPA: Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 8. EAGLES, P.F; McCOOL, S.F. & HAYNES, C.D. (ed). 2002. ok

WATSON, A.E. Opportunities for solitude in the Boundary Waters Canoe Area Wilderness. **NJAF** 12(1), pp.12-18. 1995a.

- WATSON, A.E. Wilderness use in the year 2000: societal changes that influence human relationships with wilderness. **USDA forest service proceedings RMRS**, v.4, p.53-60, 2000.Ok
- WATSON, A.E.; KNEESHAW, K. & GLASPELL, B. Understanding wilderness visitor experience at Wrangell-St.Elias National Park and Preserve in the Alaska regional context. **Draft study plan**, phase I, 2003.
- WESTERN, D. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, KREG & HAWKINS, Donald E. (edit.) **Ecoturismo** - um guia para planejamento e gestão. 1 ed., Editora SENAC, São Paulo, 1995, p.15-21. Ok